

## **Abordagem teórica sobre políticas culturais versus o contexto da elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Recôncavo baiano e seus rebatimentos nas escalas local e regional Eixo Temático: ordenamento territorial e desenvolvimento sustentável**

Por: Andreia Pereira Sousa; Claudia Pereira de Sousa; Elba Santos Panski; Felipe Rodrigues Bomfim e Hanilton Ribeiro Souza.

### **RESUMO**

O tema políticas culturais emerge em todos os movimentos organizados no sentido das proposições ou solicitações de respostas às grandes desigualdades sócio-culturais e econômicas. Neste sentido, a cultura enquanto vetor desempenha um importante papel no processo de construção identitária dos sujeitos, assim como, entorno de si, no desenvolvimento das cartografias geopolíticas. Desse modo, objetivamos com este projeto de pesquisa o mapeamento das potencialidades culturais locais / regionais e sua abordagem no contexto das políticas culturais a partir das dimensões culturais, econômicas e políticas contidas no Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) no Recôncavo da Bahia. Como problemática para pensar este objeto de pesquisa, intentamos identificar de que maneira, em que medida e em quais sentidos as oficinas focais para a construção do PTDS do Recôncavo Baiano contribuem no processo de desenvolvimento regional quando relacionadas às tensões existentes entre as dimensões econômica, cultural e político-institucional. Assim surgiram as questões da pesquisa: a) Qual o rebatimento espacial desse plano? b) Quais os níveis de articulação com as principais instituições do Recôncavo? c) Em que medida as contradições entre Políticas Públicas e sustentabilidade operam na trajetória dos municípios abrangidos pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Recôncavo? O aporte metodológico requer uma abordagem etnometodológica baseada na pesquisa-ação que implica, também, na possível construção-desconstrução-reconstrução da pesquisa, focada na relação pesquisador-objeto-contexto pesquisado. A base teórica desse trabalho será respaldada por **Rubim (2005); Furtado (1984); Bourdieu (2005); Miguez (2009); Santos (2000)** dentre outros.

Palavras-chaves: Políticas territoriais; Recôncavo; Desenvolvimento

### **Apresentação**

O Governo do Estado da Bahia, através do decreto 12354/10 de 25 de agosto de 2010, instituiu o Programa Territórios de Identidade Municipal. No mesmo decreto em seu art.3º instituiu o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial CEDETER. O Governo do Estado tem apoiado desde 2007, os 26 territórios de identidades da Bahia, primeiro os reconhecendo como unidades de planejamento (realização do PAA Participativo), para facilitar a descentralização de políticas públicas e depois fazendo convênios com diversas organizações que atuam na articulação dos Territórios.

Todo este esforço está focado na superação da pobreza como principal desafio da sociedade brasileira e para tanto é necessário um novo paradigma resultante de um novo modelo de desenvolvimento, pautado em novas relações entre o Estado e Sociedade, para a concretização e implementação de políticas públicas. Nesta perspectiva e em consonância com o Ministério de Desenvolvimento Agrícola, este Plano de Desenvolvimento Territorial contempla as quatro principais dimensões dos processos de desenvolvimento: econômica, sociocultural e ambiental.

O fio condutor através do qual tornou possível e motivou o interesse por esse objeto de pesquisa relaciona-se com a participação no núcleo gestor e de coordenação em um projeto de extensão da Universidade do Estado da Bahia sobre as oficinas focais do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável. O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável é o instrumento que orienta e baliza a adoção e implementação de intervenções para o desenvolvimento regional na cartografia do Recôncavo da Bahia.

Este documento relaciona-se com as políticas adotadas na proposição de uma articulação através da qual, tome-se possível viabilizar o desenvolvimento sustentável do Recôncavo a partir das dimensões sócio-cultural, educacional, ambiental, econômica, lidas no âmbito institucional. Estrategicamente, o PTDS visa orientar os Programas Federais, Projetos de Políticas Públicas e Ações Governamentais para o desenvolvimento rural sustentável no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia a partir das dimensões elencadas anteriormente. Da mesma maneira, serve como instrumento de negociação e diálogo com as instituições promotoras do desenvolvimento territorial; contribui na integração das políticas públicas no território; fomenta o debate sobre o desenvolvimento rural sustentável, vislumbrando a identificação de novos eixos aglutinadores; viabilizando o controle social das políticas públicas e empoderamento da sociedade civil.

O PTDS foi pensado para os próximos cinco anos e é resultado de um amplo processo de sensibilização, mobilização e construção coletiva e vem contemplar a decisão dos governos federal e estadual de democratizar e universalizar o acesso dos Territórios às políticas públicas, numa perspectiva de gestão social participativa e compartilhada.

Além disso, as políticas de nível nacional passam a ter um caráter territorial, o que exigirá destes atores sociais capacidade de discussão e mobilização na disputa direta por estas políticas e o controle social de sua aplicação, para que contemple suas aspirações.

Sobre o controle social na governança e políticas do território Perico (2009, p.101) afirma que

o acompanhamento das ações e dos projetos da política, a ser feito pelos atores sociais, constitui expressão de participação, empoderamento e co-responsabilidade, atribuições dos atores sociais na gestão do território. O controle social é, pois, o complemento estratégico da gestão social do território e eixo fundamental da estratégia. (PERICO, 2009, p.101).

É neste contexto que surgem as oficinas focais a partir das dimensões: sociocultural educacional; socioeconômica; ambiental; político-institucional e ambiental. Esta metodologia consistiu na separação por município da sociedade civil organizada que ali se encontrava para identificar os pontos fortes e pontos fracos de suas localidades bem como, propor implementação de Políticas Públicas que possibilite a transformação de pontos fracos em pontos fortes e com isso fomentar o crescimento e o desenvolvimento local fruto de um processo participativo, por localidade, e depois socializado na plenária geral para consolidação e aprovação.

Desse modo, procuramos mostrar neste estudo que a construção e uma especial atenção, na implementação de Política Públicas, a partir dos Planos de Desenvolvimento dos Macros Territórios podem, e devem, se constituir de base para a elaboração de políticas para os territórios que no caso em questão é o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Recôncavo Baiano – PTDS Recôncavo.

### **Contextualização teórica da pesquisa**

A importância da cultura enquanto instância de desenvolvimento social vem sendo reconhecida e discutida em decorrência da proliferação de estudos e práticas que levam em conta os seus diversos desdobramentos. A secularização e crescente autonomização da cultura como um campo social de atuação possibilitou o surgimento de instituições, públicas e privadas, profissionais diferenciados e uma estrutura organizacional instalada em um complexo sistema cultural.

As políticas culturais devem compreender o sistema em sua totalidade articulada. Para tratar da existência de um sistema cultural complexo e contemporâneo, Albino Rubim (apud Rubim, 2005:16). O autor afirma que há ações que buscam uma maior descentralização, como os Pontos de Cultura (que fazem parte do programa Cultura Viva), mas “a ausência de uma política consistente de formação de pessoal qualificado para atuar na organização da cultura (...) continua sem solução e consiste em um dos principais obstáculos para a institucionalização do Ministério e uma gestão mais qualificada e profissionalizada” (Rubim, 2007b:30).

Quando nos referimos a políticas públicas para o desenvolvimento sustentável é preciso perceber, como sinaliza Miguez (2009) que a Cultura é um recurso para promover a inclusão social,

para requalificar centros urbanos, para potencializar o turismo, para estimular o crescimento econômico, etc. Recurso, enfim, para ativar políticas que se ocupam do desenvolvimento.

Nessa mesma direção e na busca de relacionar cultura ao desenvolvimento local e sustentável, percebemos que a relação cultura-desenvolvimento estabelecido é muito bem solidificada por Furtado (1984) não se restringindo, apenas, às artes e se aproxima de conceitos mais amplos definidos pela Sociologia e pela Antropologia. Cultura seria então a forma como cada sociedade se organiza simbolicamente, portanto, possuiria uma dimensão totalizadora e sistêmica.

Outra concepção importante para o entendimento do crescimento e desenvolvimento local é a de Santos (2000) quando estabelece que as técnicas “contemporâneas” são objetos que se subordinam às lógicas globais e os territórios estão à mercê dos agentes hegemônicos, utilizados para produzir e seguir as políticas daqueles que detêm o poder. As oficinas focais, desenvolvida nesta pesquisa, busca subverter essa ordem possibilitando a intervenção do sujeito objeto de políticas públicas.

Indo ao encontro das concepções de Rubim (2005); Miguez (2009); Furtado (1984) e Santos (2000), percebemos ao longo das gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira no Ministério da Cultura - MinC (2003–2010), ações que foram desenvolvidas na área de formação em organização da cultura, como podemos ver no quadro a seguir:

**QUADRO 01. CURSOS, OFICINAS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELO MINISTÉRIO DA CULTURA – MinNC. POR SETORES 2003/2010 – BAHIA - BRASIL**

| <b>CURSOS / OFICINAS / PROGRAMAS</b>   | <b>SETOR</b>   |
|--|--|
| Capacitação de Empreendedores e Agentes Culturais; Curso de Capacitação de Gestores Culturais; Programa de Capacitação em Projetos Culturais   | SEFIC - Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura      |
| Curso de Formação e Realização Audiovisual - Revelando os Brasis Ano III<br>Curso piloto para formação de gestores culturais; Curso: Produção Cultural Programa Monumenta O Empreendedor no Mercado Audiovisual Globalizado; Oficina de Desenho Criativo de Produção doctv iv; Oficina para Formação de Projetos doctv iv; Oficinas para Desenvolvimento de Projetos AnimaTV; Oficinas para Formação de Projetos AnimaTV | SAV - Secretaria do Audiovisual                          |
| Oficina de Capacitação do Edital Microprojetos Mais Cultura e Oficinas de gestão cultural e produção musical(Feira Música Brasil 2009)   | FUNART - Fundação Nacional de Artes                      |
| Oficina do Prêmio Cultura Viva   | SCC - Secretaria da Cidadania Cultural                   |
| Oficina Temática: Democratização do acesso à produção e à fruição culturais; Gestão de equipamentos culturais; Incubação de grupos de cultura  | PROEX – Cultura Programa de Extensão Universitária       |
| Oficinas de capacitação para o Prêmio Culturas Populares 2009 - Mestra Dona Izabel   | SID - Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural |
| Oficinas de Negócios da Música; Oficinas sobre Diversidade Cultural a  | SPC - Secretaria de Políticas Culturais                  |
| Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos  | SBM - Sistema Brasileiro de Museus                       |

Fonte: Disponível em: <<http://www.organizacaocultural.ufba.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2009.

Vale salientar que esses cursos e oficinas desenvolvidos pelo Ministério da Cultura abrangem, apenas, as cidades históricas a exemplo de Cachoeira, São Felix e Santo Amaro. Dessa forma é preciso identificar as potencialidades econômicas culturais dos demais municípios e promover políticas que fomentem o crescimento local. Essas identificações possibilitarão a tomada de decisão e aprimoramento do Programa. Segundo as diretrizes políticas adotadas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial os

[...] espaços físicos, geograficamente definidos, geralmente contínuos, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se podem distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (SEPLAN, 2010)

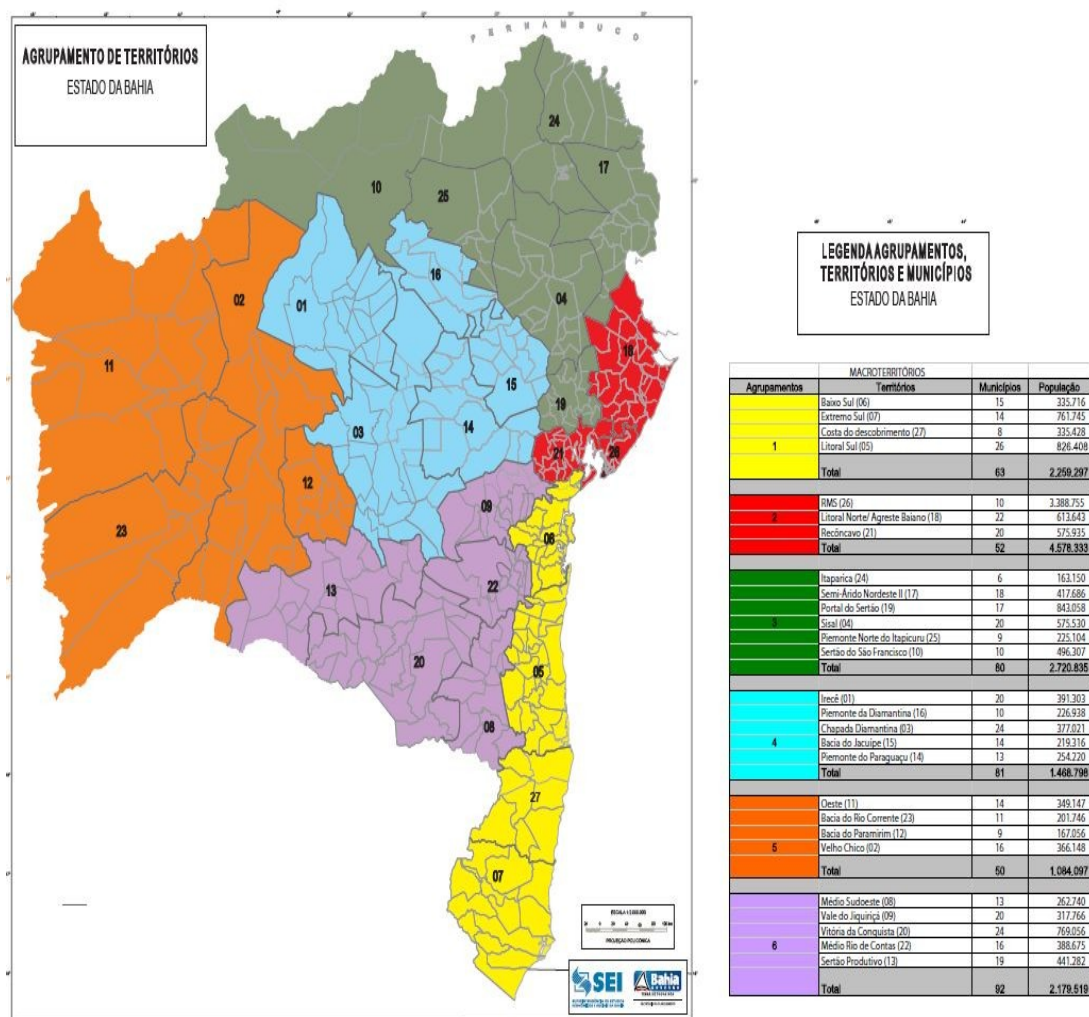
A gestão de políticas públicas pautadas no desenvolvimento sustentável, no estímulo às parcerias, na articulação entre as demandas sociais, na promoção de capacidades e na participação em todos os níveis se refere a esta definição.

O Programa Territórios da Cidadania é um esforço de articulação de políticas públicas por um conjunto de Ministérios com seus programas, projetos e ações com o objetivo de promover a inclusão social, melhorar os índices de desenvolvimento humano e reduzir os índices de exclusão social. O Governo Federal e do Estado da Bahia construíram uma agenda destinada a reverter o quadro de exclusão social, tomando por base a política de desenvolvimento territorial, por meio das políticas públicas associadas à ocupação e geração de renda, fortalecimento da agricultura familiar, acesso à tecnologia da comunicação, distribuição de renda por intermédio dos programas sociais, acesso ao mercado com incentivo das cadeias produtivas, educação profissionalizante, política de créditos e de assistência técnica, acesso a água e luz - “Programas Luz para Todos e Água para Todos”, fomento às bases de serviços, melhoria da malha viária, incremento ao programa do micro crédito, política de regularização fundiária, a política de editais, democratização de acesso a recursos públicos pela sociedade civil, incentivo a cultura, atenção à saúde, política de gestão participativa Plano Pluri Anual - PPA e conselhos setoriais, e tantos outros contidos nas matrizes da política de desenvolvimento territorial.

Ao longo do tempo a Gestão Social do Território Recôncavo, em nível de políticas de Desenvolvimento Territorial tem sido viabilizada através do coletivo de instituições do poder público e da sociedade civil que compõem o Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território de

Identidade do Recôncavo da Bahia – *CODES Recôncavo*, um *Colegiado Territorial* de caráter paritário, composto por representantes das instituições da Sociedade Civil, que tenham atuação comprovada e estrutura funcional no território, e dos Poderes Públicos instituídos da esfera municipal, estadual e federal, respeitando as representações dos segmentos sociais. A principal atribuição do CODES é sensibilizar, comprometer, articular e coordenar os atores sociais do território, com vistas à construção e qualificação coletiva do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS.

A contemporaneidade nos apresenta um cenário bastante complexo, essencialmente marcado pela diversidade. Nesse contexto, as diferenças se apresentam como uma construção histórica que engloba uma multiplicidade de aspectos, que vão desde as questões naturais àquelas que dizem respeito à economia, à política e ao poder. Neste contexto o Estado da Bahia foi classificado em um macroterritório conforme especificação abaixo:



QUADRO 02. MACROTERRITÓRIO DO ESTADO DA BAHIA 2013.

| MACROTERRITÓRIO | TERRITÓRIO DE IDENTIDADE         | MUNICÍPIOS  |
|-----------------|----------------------------------|---|
| MACRO CENTRO    | Bacia do Jacuípe                 | Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça e Várzea do Poço.   |
|                 | Chapada Diamantina               | Abaira, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner, Iramaia   |
|                 | Irecê                            | América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititã, Ipupiara, Irecê, Itaguacú da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Xique-Xique   |
|                 | Piemonte da Diamantina           | Caem, Capim Grosso, Jacobina, Mirangaba, Ouroândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova, Miguel Calmon   |
|                 | Piemonte do Paraguaçu            | Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Rui Barbosa, Santa Terezinha, Tapiramutá   |
| MACRO LESTE     | Litoral Norte- Agreste Baiano    | Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real, Sátiro Dias  |
|                 | Recôncavo                        | Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Sapeaçu, Saubara, Varzedo |
|                 | Região Metropolitana de Salvador | Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas das Margaridas, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho, Vera Cruz   |
| MACRO NORTE     | Itaparica                        | Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas   |
|                 | Piemonte Norte do Itapicuru      | Andorinha, Antonio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, Senhor do Bonfim   |
|                 | Portal do Sertão                 | Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Iará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova   |
|                 | Semi-Árido Nordeste II           | Ajustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto   |
|                 | Sertão do São Francisco          | Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá  |
|                 | Sisal                            | Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retrolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente  |
| MACRO OESTE     | Bacia do Paramirim               | Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires, Tanque Novo  |

| MACROTERRITÓRIO       | TERRITÓRIO DE IDENTIDADE           | MUNICÍPIOS  |
|-----------------------|------------------------------------|---|
|                       | <b>Bacia do Rio Corrente</b>       | Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho   |
|                       | <b>Oeste (Bacia do Rio Grande)</b> | Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Wanderley   |
|                       | <b>Velho Chico</b>                 | Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato   |
| <b>MACRO SUDOESTE</b> | <b>Médio Rio de Contas</b>         | Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagiba, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã  |
|                       | <b>Médio Sudoeste</b>              | Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória  |
|                       | <b>Sertão Produtivo</b>            | Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antonio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Urandi   |
|                       | <b>Vale do Jiquiriçá</b>           | Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lagedo do Tabocal, Laje, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaí   |
|                       | <b>Vitória da Conquista</b>        | Anagé, Aracatu, Barra Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraibas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista |
| <b>MACRO SUL</b>      | <b>Baixo Sul</b>                   | Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães, Ibirapitanga  |
|                       | <b>Costa do Descobrimento</b>      | Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Santa Cruz de Cabralia e Porto Seguro  |
|                       | <b>Extremo Sul</b>                 | Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamarajú, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Vereda.   |
|                       | <b>Litoral Sul</b>                 | Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicarai, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca                       |

Fonte: SEI, 2012

A cultura e a economia, como dimensões que perpassam por estes aspectos, assumem um papel central, na medida em que as mesmas afetam sobremaneira as forças produtivas do mundo contemporâneo. Nesse processo histórico, a distribuição das oportunidades culturais em uma determinada região define as especificações de sua economia, as formas de participação nas decisões políticas e as reações de sua elite aos avanços do desenvolvimento local.



O estado da Bahia, na maioria de suas cidades que compõem o Recôncavo, apresenta uma economia estagnada, com baixos indicadores econômicos e culturais, refletindo o atraso e o pouco prestígio de suas elites. O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Recôncavo Baiano, ao possibilitar o crescimento e desenvolvimento local, contribuirá para a formação de uma nova ordem econômico-cultural de poder no estado da Bahia. Esta afirmação apóia-se na teoria das políticas culturais que devem compreender o sistema em sua totalidade articulada, partindo da compreensão da existência de um sistema cultural complexo e contemporâneo a ser tratado. (RUBIM, 2005, p.16)

Nosso quadro teórico é completado com um estudo sobre a gestão, tendo em vista que interessa-nos saber se a gerência do PTDS conduz à efetividade das metas pactuadas e democratização das políticas públicas culturais. Para isto, vemos gestão como um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, neste caso os objetivos políticos do Plano.

O entendimento do conceito de gestão, portanto, por assentar-se sobre a maximização dos processos sociais como força e ímpeto para a promoção de mudanças, já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado e cooperativo de pessoas na análise de situações, na tomada de decisão sobre seu encaminhamento e na ação sobre elas, em conjunto, a partir de objetivos organizacionais entendidos e abraçados por todos. Esse conceito, portanto, parte do pressuposto de que o êxito de uma organização social depende da mobilização da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva. Esta, aliás, é condição fundamental para que a política cultura se processe de forma efetiva em determinado território, tendo em vista a complexidade e a importância de seus objetivos e processos.

Ademais, por exigência da própria natureza da pesquisa, não prescindiremos de uma perspectiva crítico-reflexiva acerca do processo de construção autônomo do conhecimento em situações de políticas públicas culturais que envolva nesse binômio a dimensão econômico social e cultural, uma vez que uma iniciativa meramente transmissiva e receptora por parte dos supracitados sujeitos do referido processo ultrapassam os limites do “criar” e “implementar” conceitos previamente elaborados. Pierre Bourdieu (2005) nos alerta nesse sentido, concebendo instituições, profissões, atores, práticas, teorias, linguagens, símbolos, ideários, valores, interesses, tensões e conflitos.

Do exposto e ressaltando o processo sistêmico de construção de políticas culturais a partir do PTDS, agregam-se a este, perspectivas teóricas curriculares como processos representativos e significativos das realidades socioeconômica, sociopolítica, sociocultural e socioecológica a partir das análises tradicionais, críticas e pós-críticas. Portanto, é necessário analisar e refletir sobre as oficinas, sobre o desenvolvimento do PTDS, sobre o mercado de trabalho, sobre a cultura, sobre a sustentabilidade e sobre o desenvolvimento local.

A nossa problemática envolve-se na discussão sobre o acesso e a expansão de políticas públicas territoriais no Recôncavo Baiano. O acesso às políticas culturais, no nosso estado, limitava-se, e ainda limita-se, a camadas elitizadas da sociedade. No entanto já há iniciativas na direção da implementação do primeiro Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Recôncavo - PTDS no sentido de democratizar o acesso a políticas públicas pelas classes menos favorecidas e segmentos sociais com reduzida participação nas políticas públicas. A esse respeito MIGUEZ (2009) salienta que quando nos referimos a políticas públicas para o desenvolvimento sustentável é preciso perceber que a Cultura é um recurso para promover a inclusão social, para requalificar centros urbanos, para potencializar o turismo, para estimular o crescimento econômico, etc. Recurso, enfim, para ativar políticas que se ocupam do desenvolvimento.

Ainda na perspectiva de relacionar cultura ao desenvolvimento local e sustentável, faz-se necessária a contribuição de FURTADO (1984). Para ele, a cultura não se restringe às artes e se aproxima de conceitos mais amplos definidos pela Sociologia e pela Antropologia. Cultura seria então a forma como cada sociedade se organiza simbolicamente, portanto, possuiria uma dimensão totalizadora e sistêmica. Nessa mesma linha de pensamento RUBIM (2007), sinaliza que o governo atual implementou algumas ações descentralizadora de políticas culturais, mas, percebe-se a ausência de uma política consistente de formação de pessoal qualificado para atuar na organização da cultura, constituindo-se em um dos principais obstáculo do setor cultural.

Contudo, na atual configuração institucional do desenvolvimento cultural do Recôncavo Baiano, a democratização de políticas públicas culturais implica em prover o território do recôncavo com igualdade de oportunidade na disputa por políticas públicas culturais e conseqüentemente o desenvolvimento local sustentável. O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Recôncavo - PTDS concorre para este fim. Este Plano abriga municípios do recôncavo que enfrentam condições desfavoráveis no tocante a políticas culturais públicas e sustentáveis. Desta

forma, a ausência de uma política que assegure o desenvolvimento local sustentável no recôncavo, pode configurar-se em uma restrição ao Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDS.

No entanto, iniciativas como o PTDS, que visem à democratização das políticas públicas e a inclusão social no recôncavo, necessitam de um exercício de reflexão sobre suas potencialidades e seus limites, tendo como espaço a região do Recôncavo Baiano. Neste sentido surgiram as questões da pesquisa: a) A mediação entre os representantes e os órgãos públicos através do PTDS é eficiente? b) Em que medida este Plano promove a democratização das políticas econômico-culturais no Recôncavo Baiano? c) Quais os impactos deste Plano na vida e na atuação profissional das pessoas por ele atingido nos municípios baianos? d) Em que medida as contradições entre acesso e permanência operam na trajetória dos municípios participantes do PTDS?

### **Contextualização metodológica e coletas de dados a partir das dimensões**

O aporte metodológico requer uma abordagem etnometodológica baseada na pesquisa-ação que implica, também, na possível construção-desconstrução-reconstrução da pesquisa, focada na relação pesquisador-objeto-contexto pesquisado. A etnometodologia baseada na pesquisa-ação que implica, também, na possível construção-desconstrução-reconstrução da pesquisa, focada na relação pesquisador-objeto-contexto compõe a metodologia que é detalhada em item específico desta pesquisa.

Pelo dito, e considerando que há uma densidade teórica contida nos etnométodos, disponíveis para a confrontação, articulação, negociação e recriação no PTDS, será possível desvelar dados surgidos na pesquisa e com a cotidianidade das ações, o que Woods (1990 apud MACEDO, 1998) denomina de teoria fundada.

Sob esta ótica, a pesquisa-ação se constitui a partir das ações e construções humanas, assim, pois requer a “escuta sensível”. (BARBIER, 2002, p. 93). Do exposto, é importante frisar, “que a sensibilidade é, certamente, individual, mas, igualmente e simultaneamente social”. (BARBIER apud MACEDO, 1993, p. 4).

Ademais, BARBIER sistematizou a pesquisa-ação por meio de um esquema passível aplicação ao nosso estudo ante o processo de coleta de dados, qual seja, a dialética do

pesquisador/pesquisadores no âmago do Grupo-Focal, e depois, a do Grupo-Focal com o todo do Grupo Alvo. Dessa forma, esse movimento instiga incessantemente a pesquisa.

Metodologicamente a pesquisa, em andamento, compreende as seguintes etapas:

Fase exploratória – Observação participante detalhada da realidade socioeconômica e cultural do PTDS e da atuação dos participantes, onde constantemente se buscará uma definição do papel interativo entre investigadores e investigados, possibilitando uma dimensão presente-passado nas construções individuais e de grupo em relação à contribuição social do PTDS no Recôncavo.

A População-Alvo é constituída de participantes das oficinas e instituições governamentais e integram dois grupos distintos: o Grupo-Alvo totalizando 50 membros, entre participantes, facilitadores, coordenadores e secretários e o Grupo Focal, formado por 13 membros, incluindo grupo gestor e o governo.

Coleta de informações - Busca-se extrair as opiniões e visões dos investigados em relação ao objeto de estudo, bem como mapear os seus interesses e necessidades face à execução do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS do Recôncavo.

Partindo das possibilidades de diálogo entre os envolvidos, elaborar-se-á o modo de abordagem no trabalho de campo, destacando a entrevista, o Grupo Focal, a observação participante, análise de documentos, o registro magnético, o registro fotográfico e o formulário guia que servirá melhor à pesquisa.

Ações já realizadas e úteis ao projeto. A metodologia utilizada para elaboração e atualização deste documento pautou-se no pressuposto da participação coletiva e democrática de todos os atores envolvidos, buscando propiciar uma reflexão crítica sobre a realidade, de modo que as propostas fossem direcionadas à transformação e melhoria na qualidade de vida das comunidades e da população em geral.

Foram realizadas oficinas para definição dos novos Eixos Aglutinadores e projetos do Plano, de maneira que todos puderam expor e argumentar seus pontos de vistas, prevalecendo no final o consenso e definição de diretrizes e linhas de ação voltadas para o desenvolvimento mais abrangente. Todas as oficinas e encontros realizados até o momento estiveram voltados para sintonizar as ideias dos atores sociais do Território com a proposta de formatação do Plano. Este

documento sintetiza e destaca as características mais marcantes do Macroterritório Leste (Recôncavo), integrado por vinte municípios.

O quadro abaixo sintetiza as dimensões auferidas pelas oficinas focais, nelas podemos perceber o instrumento norteador das oficinas focais referentes a cada um dos vinte municípios que compõe o território do recôncavo baiano:

**Quadro 03. Síntese das dimensões auferidas nas oficinas focais e seus desdobramentos Brasil / Bahia – Território do Recôncavo 2013**

| <b>DIMENSÕES</b>                   | <b>AUFERIÇÃO</b>   |
|------------------------------------|--|
| <b>Sociocultural e Educacional</b> | Contexto histórico cultural da formação do território<br>Características demográficas do território<br>Características do tecido social do território<br>Situação da Saúde no território<br>Situação da Educação do território<br>Características e situação da cultura no território  |
| <b>Ambiental</b>                   | Características geo- ambientais do bioma contextual do território<br>Características geo-ambientais do território<br>Características antrópicas do território  |
| <b>Socioeconômica</b>              | <p><b>Composição e estrutura socioeconômica do território</b><br/>1.1. Estrutura fundiária; 1.2. Utilização da terra no território; 1.3. Infraestrutura produtiva; 1.4. Sistema tecnológico e da inovação do território; 1.5. Sistema financeiro local e a oferta da política de crédito para a agricultura familiar no território</p> <p><b>Características territoriais dos sistemas produtivos rurais</b><br/>2.1. Produção econômica familiar territorial</p> <p><b>2.2. Principais atividades produtivas integradoras e aglutinadoras do território</b><br/>2.2.1. Características dos produtores; 2.2.2. Organização dos produtores; 2.2.3. Características da produção</p> <p><b>2.3. Desenvolvimento da diversificação da agricultura familiar e o surgimento de subprodutos</b> 2.3.1 Processo de agro-industrialização no território 2.4. Comercialização</p> <p><b>2.5. Processo de integração horizontal e vertical no sistema da agricultura familiar no território</b><br/>2.5.1. Processo de integração horizontal; 2.5.2. Processo de integração vertical; 2.5.3. Características geo-ambientais dos sistemas produtivos da agricultura familiar</p> <p>Sustentabilidade da Agricultura Familiar</p> |

|                               |  |
|-------------------------------|--|
|                               | Dinâmica rural – urbano regional e global do território  |
| <b>Político-Institucional</b> | Fortalecimento do Colegiado Territorial: redes e gestão do PTAI<br>Inserção dos gestores locais na estratégia de desenvolvimento territorial<br>Articulação e coordenação com o governo estadual<br>Articulação das políticas públicas<br>Governabilidade socioterritorial<br>Educação ambiental |

Fonte: Dados primários da pesquisa em andamento elaborado pelos autores (2012).

Foram realizadas as oficinas de: Educação do Campo, Educação Profissional e Ensino Superior, com a participação da sociedade civil organizada, em Cruz das Almas; Fortalecimento da Agricultura Familiar, em Cabaceiras e demais municípios. Cada oficina resultou no diagnóstico, apresentando entraves, alternativas de superação dos problemas detectados, proposições de programas, projetos e ações e o fortalecimento dos projetos e programas exitosos, tendo como referência as dimensões.

Assim, optou-se pelas exposições grupais e reuniões em grupo, utilizando-se da participação dialogada e reflexiva orientadas por facilitadores, explicando cada técnica/ferramenta. Essas ferramentas permitem desenvolver nos trabalhadores e trabalhadoras um olhar mais criterioso sobre a realidade vivenciada na busca por soluções dos seus problemas de forma direta e objetiva, com o compromisso de um projeto de mudança que viabilize o fortalecimento das estruturas produtivas e organizativas, e no fortalecimento do papel dos atores sociais como sujeitos políticos. O estudo realizado no diagnóstico participativo remete a proceder à análise comparativa do ambiente sócio-econômico e político no período de 2010 a 2015.

Outras bases de dados estão sendo a exemplo dos dados oficiais da Superintendência de Estudos Estatísticos - SEI, do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística IBGE, das Instituições de Ensino Superior - IES e das ações implementadas pelo governo federal e estadual. Ressalte-se que foram priorizados alguns indicadores por serem significativos para a concretização da análise sobre o desenvolvimento territorial com base na política territorial. A sistematização segue o critério dos eixos, e as propostas apresentadas são agrupadas por programas, projetos e ações. Após a sistematização, em plenária territorial, onde se procede à análise, e a versão final do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável foi validada pelo Colegiado Territorial do Recôncavo.

### **Resultados preliminares da pesquisa a partir das oficinas focais e seus debates**

Na primeira parte, o diagnóstico está revelando a realidade regional nos seus mais diversos aspectos: históricos, geográficos, sociais, políticos, ambientais, econômicos e culturais, e discorre sobre os problemas, as limitações, os potenciais e as oportunidades do Território. O diagnóstico é o retrato detalhado e crítico das intervenções humanas e as suas consequências, ou seja, a fotografia atual da realidade do Recôncavo.

Na segunda parte serão expressos os Eixos Estratégicos, os Programas e Projetos propostos, necessários para se alcançarem as mudanças desejadas pelo conjunto da população do Território, identificando políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento territorial. Todas as ações estão direcionadas para atingir ao fortalecimento do capital social e ambiental das redes, a dinamização das economias e empoderamento econômico, social e cultural das comunidades e dos atores territoriais. Nessa perspectiva as oficinas focais sinalizaram para a intervenção governamental na seguinte direção conforme os quadros abaixo:

| <b>MATRIZ DE INTERVENÇÃO DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA DAS OFICINAS FOCAIS</b>  |
|--|
| <p>Criação de um selo territorial da agricultura familiar para inserção dos produtos da agricultura familiar no comércio formal e informal;</p> <p>Adequação das casas de farinha artesanal e industrial para inserção desses produtos no comércio formal.</p> <p>Elaborar estudos das potencialidades dos municípios;</p> <p>Fortalecer e acompanhamento jurídico, contábil e administrativo das cooperativas e associações;</p> <p>Garantir seguro de sobrevivência para o período não autorizado de pesca;</p> <p>Desenvolver a produção de hiame no Território Recôncavo;</p> <p>Fazer estudos sobre a criação territorial de avestruz;</p> <p>Promover a feira da economia solidária e da agricultura família;</p> <p>Criar agendas do ciclo de negócios da economia solidária e agricultura familiar;</p> <p>Redimensionar os espaços das feiras livres, criando espaços multiuso culturais;</p> <p>Regularizações fundiárias das áreas quilombolas e rurais;</p> <p>Criar bancos de sementes no território;</p> <p>Criação do Centro Territorial para processamento de fruta;</p> <p>Implantação de fábrica com a matéria prima que o município do território dispõe, como: féculas, sucos, enlatados de sardinhas e xangó, fabrico do tamanco etc;</p> <p>Construir unidade de beneficiamento do azeite de dendê nos municípios de Saubara e Cachoeira à nível de agricultura familiar e comunidades quilombolas;</p> <p>Fortalecimento da CDA/SEAGRI para que possa realizar a regularização fundiária das comunidades tradicionais e quilombolas;</p> <p>Realizar estudo de viabilidade técnica e econômica para criação territorial de Avestruz;</p> <p>Estrada pavimentada que liga BR420 a BA 878. Passando por Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu a Bom Jesus dos Pobres em Saubara, com a ponte de ligação entre Araripe e São Roque;</p> <p>Garantir capacitação e acompanhamento jurídico, contábil e administrativo as cooperativas e associações;</p> <p>Incentivar a exploração das cadeias produtivas das culturas do inhame, araruta e dendê;</p> <p>Implantação de mini-indústrias de processamentos de frutas e vegetais do território do Recôncavo;</p> <p>Estudo do lençol freático para viabilizar os poços artesanais; Incentivo a cadeia produtiva do dendê no território do recôncavo;</p> <p>Implantação de poços artesianos nas comunidades rurais.</p> |
| <b>MATRIZ DE INTERVENÇÃO DA DIMENSÃO CULTURAL EDUCACIONAL DAS OFICINAS FOCAIS</b>  |
| <p>Programa de resgate as tradições culturais e incluir no currículo escolar histórico das tradições culturais;</p>  |

Promover e estimular entidades a dominar as ferramentas de gestão, *bem como a capacitação na área de elaboração e capacitação de recursos, através de instituições como UFRB/UNEB entre outras;*  
 Programa de (re) apropriação dos povos das tradições culturais;  
 Elaboração de um calendário cívico cultural do recôncavo e Realização anual de feiras de livros dos escritores e poetas do território  
 Criação e implantação dos sistemas municipais de cultura em todos os municípios do território para viabilizar as políticas públicas federais e estaduais;  
 Criar calendário cultural do território através dos calendários municipais;  
 Modelar as manifestações culturais do território;  
 Realizar feiras culturais em todo território aproveitando a estrutura das feiras livres;  
 Tornar obrigatório a criação de secretaria de cultura no município;

Fonte: Dados primários da pesquisa, elaborado pelos autores, Brasil/Bahia/ 2012.

#### **MATRIZ DE INTERVENÇÃO DA DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DAS OFICINAS FOCAIS**

Criar fóruns permanentes de debates territoriais no município e ter em cada município um mobilizador territorial.  
 Ampliação do acesso à regularização de documentações e informação previdenciária e jurídica;

Criação de câmaras territoriais setoriais; Promover cursos de capacitação de gestores para os segmentos: no âmbito executivo, para os diretores de órgão público privados e do terceiro setor;

Promover cursos de capacitação e construção de projetos. (para o terceiro setor, vereadores e mobilizadores sociais e do poder público); Criação do consórcio público territorial;

Criar uma rede territorial com diálogo permanente sobre todas as agendas do território;

Promover a integração das economias urbanas e rurais no conselho territorial;

Criar conselho territorial de cultura, segurança pública, educação, juventude, mulheres etc;

Construir territorialmente grupo técnico/político, com permanência em Brasília, para viabilizar os projetos territoriais dos municípios. (obs.: com gente orientação territorial);

Promover a criação do núcleo ***Milton Santos no Território do Recôncavo.***

Fonte: Dados primários da pesquisa, elaborado pelos autores, Brasil/Bahia/ 2012.

Essa matriz de intervenção representa a forma como o governo deve atuar para fomentar o crescimento local no território do recôncavo baiano. Vale salientar que as intervenções, propostas nas oficinas focais, ultrapassam as que são, aqui, apontadas. Vários empreendimentos que estão sendo desenvolvidos no território trarão fortes impactos tanto na dimensão econômica social quanto na dimensão cultural educacional.

Podemos citar como exemplo a construção da malha ferroviária que será construída no território do recôncavo para escoar a produção. A construção da ponte que liga Salvador a Itaparica



é outro empreendimento de impacto local no território. E por fim a construção do polo portuário em Maragogipe que impactará, sobremaneira, o território do recôncavo baiano.

### **Abordagem Teórica sobre Políticas Culturais...Em busca de conclusões...**

Ao longo do percurso foi necessário inferir diagnósticos, análises e interpretações para que pudessemos estabelecer um diálogo entre a teoria, tida como o alicerce, e a prática explicitada pelas oficinas focais. Nesses termos, é possível afirmar que os objetivos foram atingidos satisfatoriamente, por contemplar as aspirações e desejos na busca de conhecer se a mediação entre os representantes e os órgãos públicos através do PTDS é eficiente e em que medida este plano promove a democratização das políticas econômico-culturais no recôncavo baiano e seus impactos locais, bem como em que medida as contradições entre Políticas Públicas e sustentabilidade operam na trajetória dos municípios abrangidos pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Recôncavo.

Nesse contexto dinâmico e complexo da pesquisa é imprescindível salientarmos alguns elementos significativos que foram encontrados ao longo da investigação em resposta às questões norteadoras dessa pesquisa. O primeiro deles que nos chamou a atenção é reconhecimento de que as oficinas evidenciam o pertencimento do sujeito no seu espaço e a possibilidade de contribuir para a construção da sua própria trajetória.

Reconhecem ainda que não basta ter domínio teórico de uma determinada área do conhecimento para elaborar e propor políticas públicas: é preciso ouvir e atender os sujeitos alvos dessas políticas no processo participativo, observando as especificidades locais.

Mais um aspecto que se evidencia ao longo do percurso se refere à relação entre a sociedade civil organizada e a esfera governamental enquanto agilidade para implementar as políticas públicas de fomento local para atender às demandas coletadas nas oficinas focais, onde destacamos a importância, mas apresentam certa dificuldade na articulação, principalmente na demora da implantação.

Uma outra evidência está atrelada aos processos de articulação entre os microterritórios em que evidenciam práticas e um discurso inovador, mas deixam escapar nesse discurso uma prática ainda na vertente técnica sem considerar a participação popular.

Além de todas essas evidências, foi imprescindível para o nosso percurso formativo vivenciar essas oficinas focais, em que articulou teoria, participação e poder público e nos fez perceber a necessidade de uma práxis territorial inovadora. Isso nos fez compreender que no atual contexto a construção de um Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDS precisa ser compreendida como atividade altamente participativa e articulada e que pressupõe um conjunto de ações dos envolvidos no processo.

Quando nos referimos a políticas para o desenvolvimento sustentável é preciso perceber, como sinaliza (MIGUEZ, 2007), que a cultura é um recurso para promover a inclusão social, para qualificar centros urbanos, para potencializar o turismo, para estimular o crescimento econômico, etc. Recurso, enfim, para ativar políticas que se ocupam do desenvolvimento.

É nessa perspectiva que vislumbramos o repensar dos processos de construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDS, em que o grande desafio, segundo Santos (2000) é o de buscar os agentes mais proeminentes da economia e da política que detêm as técnicas modernas e utilizam o território para produção, sem perder de vista o pressuposto da ética e do compromisso com o cidadão.

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, Elizario Souza. SILVA, Francisca de Paula Santos da. (Org). Estado e Políticas Públicas: a construção do consenso neoliberal. Salvador-Ba: EDUNEB, 2012.

BARBIER, René. **O método em pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002. Série Pesquisa em Educação V. 3. 93 p.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. "O mercado de bens simbólicos". In: MICELI, Sérgio (org.).

\_\_\_\_\_. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Análise de Políticas Públicas: o estudo do Estado em ação. Salvador-Ba: EDUNEB, 2012.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

Furtado, Celso. *Discurso*. In: Lei Sarney: regulamento. Benefícios fiscais na área da cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 1986.

\_\_\_\_\_. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Coleção de Estudos Brasileiros, v.80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica Etnopesquisa formação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 4.p.

MENEZES, Ana Maria Ferreira. CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon. (Org.). *Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional: Múltiplos Olhares*. Salvador-Ba: EDUNEB, 2010.

MIGUEZ, Paulo. *Cultura e Desenvolvimento in: Políticas Culturais em Revista*, Ufba, 2009, p.1-3. multidisciplinares. Salvador: Edufba, 2007a.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e Território no Brasil**. Tradução de Maria Verônica Moraes Souto – Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, 2009.

RUBIM, Albino. “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios”. In: RUBIM, Albino e BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007b.

RUBIM, Albino. “Políticas culturais: entre o possível & o impossível”. In: RUBIM, Albino. “Políticas culturais: entre o possível & o impossível”. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). *Teorias e políticas da cultura: visões RUBIM, Linda (org.)*. Organização e Produção da Cultura. Salvador: Edufba, 2005

SANTOS, M. *et al.* **O papel ativo da Geografia** : um manifesto. Florianópolis : XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

\_\_\_\_\_. *Economia Espacial: críticas e Alternativas*. Trad. Maria Irene de Q. F. Szmrecsanyi. 2. Ed. São Paulo: Editora da USP, 2007<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. *Por uma globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. *O centro da cidade de Salvador: Estudos de Geografia Urbana*. 2. Ed. São Paulo: Editora da USP; Salvador: Edufba, 2008.

\_\_\_\_\_. Por uma economia política da cidade: O caso São Paulo. 2. Ed. São Paulo: Editora da USP, 2009.

\_\_\_\_\_. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SEI – SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980:2000*. Série Estudos e Pesquisas nº 60, Salvador, SEI, 2003.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Disponível em <<http://www.seplan.ba.gov.br/mapa.php>> Acesso em 25 out, 2010.

Site disponível em: <<http://www.organizacaocultural.ufba.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2009.

SORRENTINO, M; TASSARA, E.T.O. ***Educando para o desenvolvimento sustentável***. In: Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM). O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo, 1999. p.185 - 190. (2005 – POLITICA PÚBLICAS)